

O TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SOB A OFENSIVA DA GUERRA CULTURAL E DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Henrique Eduardo de Andrade Teixeira - UNESP/Marília – E-mail:

Henrique.eduardo@unesp.br

Dominyque Domingos de Oliveira - UNESP/Marília – E-mail:

dominyque.domingos@unesp.br

Tânia Barbosa Martins – UNESP/Marília – tb.martins@unesp.br

Eixo 4 – O trabalho nas instituições de educação superior brasileiras.

INTRODUÇÃO

O trabalho nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras atravessa, na atualidade, uma das crises mais severas desde a redemocratização do país (Trevisol; Garmus, 2024). Este cenário é resultado de uma convergência entre o aprofundamento do neoliberalismo e da ascensão de uma pauta neoconservadora, que transformou a universidade em um alvo central da chamada “guerra cultural”.

A autonomia universitária, garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal de 1988, tem sido atacada sob o pretexto de combater o “marxismo cultural” e uma suposta doutrinação ideológica, o que altera profundamente a natureza do trabalho docente e administrativo (Leher 2021).

O problema central reside no fato de que o discurso de “qualidade da educação” e “neutralidade” propagado por setores neoconservadores, funciona como mecanismo para ocultar o assédio moral institucionalizado e o desfinanciamento crônico.

O objetivo é refletir sobre o trabalho nas instituições federais de educação sob a ofensiva da guerra cultura e da Reforma Administrativa (PEC 38/2025), alertando que ambas são faces do mesmo projeto de desmonte das universidades federais. A guerra cultural materializa-se em ações persecutórias que interferem diretamente no cotidiano do trabalho e, a Reforma Administrativa (PEC 38/2025) não visa sanar as carências estruturais da educação, mas sim deslegitimar a função social da universidade pública para pavimentar sua privatização e a subordinação do *ethos* acadêmico à lógica mercantil.

METODOLOGIA

A metodologia adotada baseia-se na análise documental e em estudos bibliográficos sobre o tema, fundamentado no materialismo histórico-dialético. Parte-se do princípio de que os documentos não são fontes neutras, mas expressões das disputas econômicas, políticas e ideológicas que ocorrem no interior do Estado. Nessa perspectiva, a análise deve ir além do conteúdo manifesto do texto, buscando apreender as mediações que conectam o documento às relações sociais de produção, à luta de classes e aos processos de hegemonia. Assim, a análise documental revela os significados do texto jurídico e, em que medida opera como instrumento de dominação ou de resistência.

A principal fonte de análise foi a proposta de Emenda à Constituição n. 38/2025 (PEC 38/2025), conhecida como Reforma Administrativa. Além disso, recorreu-se à Nota Técnica nº 288 de 2025, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), que avaliou as propostas da PEC 38/2025, apresentada à Câmara dos Deputados com apoio direto do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (RP-PB) e do deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ), para discutir e elaborar propostas relacionadas às mudanças na gestão pública e no serviço público brasileiro, entre outras questões.

DISCUSSÃO DOS DADOS

De acordo com Chaves e Araujo (2022, p. 9), apesar do cenário de crise, “[...] observa-se que, de 2013 a 2020, houve um acréscimo nas receitas da União de 49,04%, no entanto, as despesas com as Universidades federais apresentaram uma redução de - 0,24%”. As autoras ressaltam que esse desfinanciamento se agravou no período recente, “[...] chegando a atingir apenas 1,74% das receitas da União no ano de 2020”.

Essa asfixia financeira reflete-se diretamente no cotidiano das universidades. Os recursos destinados a investimentos foram reduzidos em 93,28% no período mencionado, resultando em paralisação de obras, fechamento de laboratórios e degradação das instalações. Essa foi a consequência do governo Bolsonaro, que resultou em agravamento da precarização e diminuição no orçamento das instituições públicas federais. Como afirma Chaves e Araujo (2022 p11), “o corte brutal no financiamento demonstra que o projeto do governo de Bolsonaro foi de total destruição enquanto instituições públicas e autônomas”.

Cabe salientar que o ambiente de trabalho nas universidades durante o governo Bolsonaro foi deslocado para o centro de uma disputa ideológica agressiva. O desgoverno Bolsonaro utilizou-se de táticas para desgastar a imagem pública das instituições, associando-as a “balbúrdia” e ao uso de drogas, com o intuito de legitimar intervenções autoritárias. Conforme Leher (2021), a narrativa de “guerra cultural” é o pilar que sustenta o assédio moral contra a comunidade acadêmica. Sob a influência de ideólogos como Olavo de Carvalho e Steve Bannon, a extrema direita brasileira elegeu a universidade como o “inimigo” que abriga o suposto “marxismo cultural” (Leher, 2021, p. 5).

Assim, o movimento “Escola sem Partido”, pilar dessa ofensiva, incita o denunciismo e a vigilância constante, transformando o professor em um suspeito de “doutrinação”. O estímulo à filmagem de aulas e a abertura de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) por motivos ideológicos configuram uma forma de assédio moral sistêmico. Essa atmosfera de intimidação visa forçar a autocensura e dismantelar a liberdade de cátedra, essencial para a autonomia didático-científica prevista no artigo 207 da Constituição, a criminalização da docência, com professores passando a ser alvos de perseguições, processos disciplinares e ameaças em virtude dos temas que pesquisam ou ensinam. (Oliveira, 2020, p. 12).

Além disso, grupos de vereadores e deputados de extrema direita invadem universidades em todo o país,¹ ameaçando funcionários, expondo suas visões retrogradadas e utilizando do espaço de trabalho para realizar narrativas vexatórias.

Destaca-se também a tentativa de interferir na autonomia administrativa da universidade pela sistemática descon sideração das listas tríplices para a nomeação de reitores (Chaves; Araújo, 2022, p. 3).

Ao nomear candidatos que não venceram as consultas nas comunidades acadêmicas os chamados “interventores” o governo impôs gestões autocráticas que ampliam a atmosfera punitiva e persecutória dentro das instituições. Ambas as situações podem parecer distintas, porém tem a mesma fundamentação teórica, metodológica e filosófica impulsionada pelo Bolsonarismo.

¹ Integrantes do MBL entram em confronto com estudantes dentro da Unicamp. G1, 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2026/02/24/integrantes-do-mbl-entram-em-confronto-com-estudantes-dentro-da-unicamp-universidade-cita-invasao-e-afronta-a-democracia.ghml>. Acesso em 30/04/26.

Em se tratando da proposta de Reforma Administrativa (PEC 38/2025), essa apresenta-se como a ferramenta normativa para consolidar o projeto de desmonte iniciado pela asfixia orçamentária da Emenda Constitucional nº 95. Conforme Chaves, Reis e Guimarães (2018), o Teto de gastos apresenta-se como uma medida inédito no mundo, pois submete o orçamento da união ao pagamento da dívida pública, gerando um subfinanciamento crônico (Chaves; Reis; Guimarães, 2018, p. 4).

Nessa perspectiva, a base material que sustenta o trabalho nas universidades federais vem sofrendo um revés drástico com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o teto de gastos públicos e a tendência é intensificar a precarização do trabalho nas universidades federais com a Reforma Administrativa (PEC 38/2025).

Dentre as várias mudanças que incide sobre a remuneração, carreira e profissionalização dos servidores públicos, destacam-se vários prejuízos. Conforme a Nota Técnica nº 288, do DIEESE (2025), a reforma propõe a ampliação da remuneração variável atrelada a metas subjetivas e bônus de resultado.

Este modelo de avaliação, ao ficar sob responsabilidade de chefias imediatas muitas vezes ocupadas por cargos comissionados, instaura um “regime de vulnerabilidade política e pessoal”. Trata-se da institucionalização do assédio moral. O servidor perde a segurança jurídica para exercer funções técnicas e críticas, pois sua progressão e remuneração passam a depender da anuência política de seus superiores.

A PEC 38/2025 não atende aos verdadeiros problemas de financiamento. Entre 2013 e 2020, houve uma redução real de 0,24% nas despesas com as IFES, enquanto as receitas da União cresceram 49,04%. No entanto, em vez de recompor o orçamento de investimento, que sofreu queda drástica de 93,28%, a reforma foca na extinção de adicionais por tempo de serviço e na criação de carreiras longas (20 níveis), o que desestimula a permanência de profissionais altamente qualificados.

A análise das propostas legislativas, com foco na Reforma Administrativa (PEC 38/2025), propostas por um grupo de deputados que assume uma posição de “guerra cultural” contra as universidades, revela um projeto de precarização estrutural do trabalho. De acordo com a Nota Técnica nº 288 do DIEESE (2025), a reforma administrativa proposta pela PEC 38/2025 “prevê a ampliação de formas de remuneração variável atreladas a metas, resultados e avaliação de desempenho ou performance”. (DIEESE, 2025 p2). Ao estabelecer bônus de resultados vinculados a indicadores

específicos, a proposta pode desvirtuar a natureza da pesquisa acadêmica, uma vez que o modelo de avaliação sugerido “incorre em excessiva subjetividade e dependência hierárquica” (DIEESE (2025, p7). Segundo o documento, essa estrutura prioriza a “flexibilidade gerencial em detrimento dos princípios” fundamentais do serviço público, podendo instaurar um “regime de vulnerabilidade política e pessoal” que compromete a autonomia e a imparcialidade técnica necessárias à produção científica (DIEESE, 2025 p8).

Trevisol e Garmus (2024) associam essas medidas ao esvaziamento da autonomia administrativa, uma vez que a estabilidade do servidor é relativizada pela introdução de vínculos temporários e avaliações de desempenho controladas por chefias comissionadas.

A PEC 38/2025 atenta contra a estabilidade dos servidores públicos, pilar essencial para a impessoalidade e a continuidade do serviço público. A criação de novos vínculos, como o de “experiência”, e a ampliação da livre nomeação para cargos técnicos abrem margem para o apadrinhamento político e a rotatividade excessiva, prejudicando o acúmulo de memória técnica e intelectual das instituições, assim como a profissionalização dos servidores públicos.

CONCLUSÃO

A análise permite concluir que está em curso um projeto deliberado de assédio moral associado a precarização do trabalho nas instituições de ensino superior federais. A guerra cultural e a reforma administrativa não são medidas isoladas, mas sim partes indissociáveis de uma tática de dominação do capital sobre o funcionalismo público.

O discurso de qualidade da educação propagado pela extrema direita é uma fraude intelectual que utiliza o assédio moral para silenciar a resistência democrática. Conclui-se que a reforma proposta pela PEC 38/2025 é um instrumento para desidratar o regime jurídico de trabalho e transformar a educação superior em nicho de mercado para o capital financeiro rentista. O enfrentamento a esse cenário exige a defesa radical da autonomia, da universidade, entendendo que um ataque a ela é um ataque ao projeto de desenvolvimento do Brasil.

REFERÊNCIA

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025**. Altera normas sobre a Administração Pública brasileira para aperfeiçoar a governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público. Brasília, DF, 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

CHAVES, V. L. J.; ARAUJO, R. S. de. A ofensiva neoconservadora contra as universidades federais no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 8, p. 1-17, e022045, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8669158>. Acesso em: 23 abr. 2026.

CHAVES, V. L. J.; REIS, L. F.; GUIMARÃES, A. R. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. **Acta Scientiarum Education**, v. 40, n. 1, e37668, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/actaeduc/v40n1/2178-5201-actaeduc-40-01-00009.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2026.

DIEESE. **Nota Técnica n. 288**, de 15 de dezembro de 2025. Notas sobre a proposta de reforma administrativa apresentada em 2025. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2025/notaTec288reformaAdm.html>. Acesso em: 23 abr. 2026.

LEHER, R. **Educação e ciência após 2018: neoliberalismo extremo e guerra cultural**. 40. Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Evento on-line. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2021. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/gt11-trabalho_encomendado_40rn.pdf. Acesso em: 23 abr. 2026.

OLIVEIRA, D. D. de. **O ensino de sociologia diante do programa educacional liberal conservador**: influências do discurso antidoutrinação fomentado pelo ideário “Escola sem Partido”. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2021.

REIS, L. F.; MACÁRIO, E. Fundo público em disputa: gastos orçamentários do governo central com a dívida pública, as universidades federais e a ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020). **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 30, n. 33, 2022. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/download/6629/2792/31802>. Acesso em: 23 abr. 2026.

TREVISOL, J. V.; GARMUS, R. A nova direita e os ataques à autonomia das universidades no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/6pFzRLmsDzkypJ4PX7yNb4s/?lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2026.